

ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO

47ª Sessão de 2024

(20ª Sessão Ordinária)

Data: 21/08/2024

Horário de início: 14:00 horas

Presidente: Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA.

Secretário(a): BIANCA EVANGELISTA BIAZOLLO.

Participantes:

Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA

Juíza Federal MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

Juiz Federal CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN

Não havendo impugnação, foi aprovada a ata da sessão anterior.

Sessão Presencial.

RECURSO CÍVEL Nº 5051699-04.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 22)

RECORRENTE: TONIA MAGALHAES DE SOUZA (AUTOR)

ADVOGADO(A): ANTONIO CARLOS AIRES DE ALMEIDA BRAZ (OAB RJ039001)

RECORRIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

PROCURADOR(A): JULIANA ALMENARA ANDAKU

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

RELATORA DO ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE DÉBITO RELATIVO A FORO E LAUDEMIO SOBRE O IMÓVEL OBJETO DA DEMANDA (RUA HENRIQUE TERRA, Nº 122, CASAS 1 A 12, JARDIM MUTUAPÁ, CEP 28900-000, CABO FRIO. RJ). SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATICIOS POR SER A RECORRENTE VENCEDORA (VIDE ART 55 DA LEI 9.099/95). INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO, A JUÍZA FEDERAL RELATORA MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO PROFERIU SEU VOTO NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, ENTRETANTO AO SER DECLARADO O VOTO DIVERGENTE PELA JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA, QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, A RELATORA MUDOU SEU ENTENDIMENTO E ACOMPANHOU A DIVERGÊNCIA, PORTANTO O RESULTADO DO JULGAMENTO SE TORNOU UNÂNIME. QUEM FARÁ O VOTO VENCEDOR E LAVRARÁ O ACÓRDÃO SERÁ A JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA.

SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL: ANTONIO CARLOS AIRES DE ALMEIDA BRAZ POR TONIA MAGALHAES DE SOUZA

RECURSO CÍVEL Nº 5008726-37.2023.4.02.5121/RJ (PAUTA: 19)

RECORRENTE: SANDRA ODELITA FREITAS (AUTOR)

ADVOGADO(A): MARCIA NOGUEIRA (OAB RJ124291)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL: MARCIA NOGUEIRA POR SANDRA ODELITA FREITAS

RECURSO CÍVEL Nº 5025643-60.2024.4.02.5101/RJ (ADITAMENTO: 26)

RECORRENTE: VINICIUS SILVA SANTOS (AUTOR)

ADVOGADO(A): CLAUDIO DAVID DE ALMEIDA (OAB RJ147117)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA REFORMAR A SENTENÇA A FIM DE JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO DE PAGAMENTO DE ATRASADOS DO AUXÍLIO TRANSPORTE REQUERIDO ADMINISTRATIVAMENTE, REFERENTE ÀS COMPETENCIAS DE MAIO A OUTUBRO DE 2022 (CONSIDERANDO QUE A COMPETENCIA DE NOVEMBRO FOI A PRIMEIRA A SER PAGA EM DEZEMBRO E QUE O PEDIDO FOI FORMULADO EM 24/04, APÓS O PROCESSAMENTO E PAGAMENTO DA COMPETENCIA DO MES DE ABRIL). OS ATRASADOS DEVERÃO SOFRER INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA UNIFICADA PELA TAXA SELIC. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ANTE O PROVIMENTO DO RECURSO, CONFORME O ARTIGO 55, 2ª PARTE, DA LEI Nº 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL: CLAUDIO DAVID DE ALMEIDA POR VINICIUS SILVA SANTOS

RECURSO CÍVEL Nº 5003496-41.2023.4.02.5112/RJ (PAUTA: 13)

RECORRENTE: NORMA CRISTINA BASTOS DE MELLO (AUTOR)

ADVOGADO(A): TATIELE BATISTA FONTES E SILVA (OAB RJ249054)

ADVOGADO(A): BRENDA AMORIM ARANTES (OAB RJ249864)

RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

RELATORA DO ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

APÓS O VOTO DA JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO NO SENTIDO DE CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA E DA DIVERGÊNCIA INAUGURADA PELA JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA, NO QUE FOI ACOMPANHADA PELO JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR MAIORIA, VENCIDA A RELATORA, CONHECER DO RECURSO DA PARTE AUTORA PARA JULGAR EXTINTA A AÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, CONFORME ART 485, IV DO CPC. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA

LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA., NOS TERMOS DO VOTO DA JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA QUE LAVRARÁ O ACÓRDÃO.

RECURSO CÍVEL Nº 5003222-21.2021.4.02.5121/RJ (PAUTA: 1)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRENTE: MARCIO FREITAS ERSE (AUTOR)

ADVOGADO(A): JOSE ULISSES DE LIMA JUNIOR (OAB PE029475)

ADVOGADO(A): LUCAS ODILON FARIAS MELO (OAB PE031778)

RECORRIDO: FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAÚDE (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

RECORRIDO: OS MESMOS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, BEM COMO CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, DE MODO A RECONHECER O DIREITO DO AUTOR DE RECEBER O ABONO DE PERMANÊNCIA DESDE A DATA DA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL (19/10/2012, EVENTO 18, OUT7), BEM COMO PARA CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DOS ATRASADOS, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OS ATRASADOS DEVERÃO SER APURADOS NOS MOLDES DO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. SEM CONDENAÇÃO DA UNIÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS, TENDO EM VISTA ISENÇÃO DE QUE GOZA. NO ENTANTO, CONDENO-A AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DE SUA SUCUMBÊNCIA NESTA INSTÂNCIA RECURSAL, OS QUAIS ARBITRO EM 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 55 DA LEI 9.099/95 C/C ART. 1º DA LEI 10.259/01. SEM CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDOR. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5003234-90.2024.4.02.5101/RJ (PAUTA: 14)

RECORRENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

PROCURADOR(A): JULIANA ALMENARA ANDAKU

RECORRIDO: JOSE DE RIBAMAR CORREA SANTOS (AUTOR)

ADVOGADO(A): EXPEDITO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB RJ128142)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA I) JULGAR EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO A AÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA SOBRE A VERBA "FOLGA OFFSHORE REMUNERADA", "DOBRA FERIADO" E "FOLGA REMUNERADA TREINAMENTO"; II) RESTRINGIR A CONDENAÇÃO ÀS VERBAS DE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS E "DOBRA", MANTENDO, NO MAIS, A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS, TENDO EM VISTA ISENÇÃO DE QUE GOZA A UNIÃO. SEM PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DE SER RECORRENTE VENCEDORA, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 0126023-75.2014.4.02.5151/RJ (PAUTA: 21)

INCIDENTE: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

RECORRENTE: RICARDO SCHETTINI AZEVEDO DA SILVA (REQUERENTE)

ADVOGADO(A): IDA MARILIA REBELO DE OLIVEIRA (OAB RJ103430)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (REQUERIDO)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA REFORMAR A SENTENÇA A QUO E JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR CONDENANDO À UNIÃO FEDERAL A PAGAR INDIVIDUALMENTE O VALOR EQUIVALENTE A UMA REMUNERAÇÃO BRUTA A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO. OS VALORES ATRASADOS SERÃO APURADOS COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA NA FORMA DO ARTIGO 1º-F, DA LEI 9.494/1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009, E DE CORREÇÃO MONETÁRIA, SEGUNDO O MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA EC 113/2021 (09/12/2021), A CORREÇÃO SE DARÁ PELA TAXA SELIC1. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS AO RECORRENTE VENCEDOR. INTIMEM-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E DEVOLVA OS AUTOS AO JEF DE ORIGEM.

**MANDADO DE SEGURANÇA TR CÍVEL Nº 5030746-48.2024.4.02.5101/RJ
(PAUTA: 23)**

INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

IMPETRANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ

PROCURADOR(A): MONIQUE DE CASTRO BERSOT BARBOSA ARDUINO

PROCURADOR(A): REGINA CELIA PINHEIRO AMORIM FONSECA

PROCURADOR(A): LUIS EDUARDO DE ATHAYDE VIEIRA

IMPETRADO: JUÍZO FEDERAL DA 15ª VF DO RIO DE JANEIRO

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO: TIAGO SANTOS DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A): ANDRE GUILHERME MONTEMEZZO

INTERESSADO: JOAO PAULO DE ANDRADE GOMES

ADVOGADO(A): ANDRE GUILHERME MONTEMEZZO

INTERESSADO: MARCOS PAULO PANZERI DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): ANDRE GUILHERME MONTEMEZZO

INTERESSADO: KELLISON ALVES FARIAS

ADVOGADO(A): ANDRE GUILHERME MONTEMEZZO

INTERESSADO: MANOEL EDUARDO RIBAS VIANNA

ADVOGADO(A): ANDRE GUILHERME MONTEMEZZO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADA EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5020186-98.2021.4.02.5118/RJ (PAUTA: 3)

INCIDENTE:

RECORRENTE: CHARLES WAGNER AFFONSO (AUTOR)
ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA (OAB RJ214042)
ADVOGADO(A): JARDEL ROMULO CONRADO DOS SANTOS (OAB RJ215916)
ADVOGADO(A): SIDNEI AYRES DA SILVA (OAB RJ227134)
ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PERITO: EDUARDO DAVID

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5004638-87.2022.4.02.5121/RJ (PAUTA: 4)

INCIDENTE:

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
RECORRIDO: LETICIA AVELINO DE SOUSA DIUANA (AUTOR)
ADVOGADO(A): RAPHAEL RAY DA ROCHA FORTE (OAB RJ222279)
ADVOGADO(A): MARCELLA FERNANDES GOMES PEREIRA FORTE (OAB RJ219301)
ADVOGADO(A): LIDIA BATISTA DE JESUS BRANDAO (OAB RJ232753)
PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5070193-77.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 16)

RECORRENTE: YEDA DOS SANTOS RODRIGUES (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRENTE: MARIA DOS SANTOS BAPTISTA DA SILVA (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRENTE: MARCIO GOMES DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRENTE: KIVAL LIMA DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRENTE: CLAUDIO GOMES DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRENTE: JANAINA GOMES DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIEL CARVALHO DE MOURA (OAB RJ234772)
ADVOGADO(A): KARINE FERREIRA DE MOURA (OAB RJ173277)
RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5100408-70.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 17)

RECORRENTE: CRISTINA SOARES DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): MARCOS DA PAZ PERDIGAO (OAB RJ114103)
ADVOGADO(A): MATHEUS CONTREIRAS PRADO (OAB RJ249197)
ADVOGADO(A): BEN HUR DO NASCIMENTO PERDIGAO (OAB RJ235820)
ADVOGADO(A): BRUNO FELIPE PAZOS HORA (OAB RJ247380)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5007859-53.2023.4.02.5118/RJ (PAUTA: 20)

INCIDENTE:

RECORRENTE: RICARDO BARBOSA DA SILVA (AUTOR)
ADVOGADO(A): DEBORA NOE DE CASTRO KNUST (OAB RJ207390)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)
PROCURADOR(A): MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES
PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5014161-60.2021.4.02.5121/RJ (PAUTA: 2)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: MARIA ALICE SANTOS TAVARES (AUTOR)
ADVOGADO(A): ARTHUR RODRIGUES NETO (OAB RJ208229)

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, DE MODO A JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. SEM CONDENÇÃO DA UNIÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDORA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5074912-39.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 5)

RECORRENTE: ANTONIO CARVALHO BISPO (AUTOR)
ADVOGADO(A): FLAVIO FERREIRA TEIXEIRA (OAB RJ220001)
ADVOGADO(A): NATHALIA SANTOS MAZZILLO (OAB RJ210996)

RECORRIDO: EMGEA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS (RÉU)
PROCURADOR(A): MARCELO SOTOPIETRA

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)
PROCURADOR(A): ANA PAULA MOURA GAMA
PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA.

SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5003607-71.2022.4.02.5108/RJ (PAUTA: 6)

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): DIEGO MARTIGNONI

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRIDO: RESIDENCIAL DOLCE VITTA (AUTOR)

ADVOGADO(A): SELMA CRISTINA DA SILVA SALLE (OAB RJ086308)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO PELOS MOTIVOS EXPOSTOS, PARA MANTER A SENTENÇA DE ORIGEM. CONDENO A CEF AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5008816-39.2022.4.02.5102/RJ (PAUTA: 7)

RECORRENTE: BANCO MASTER S/A (RÉU)

ADVOGADO(A): DANIELLE PERAZZI MUSIELLO (OAB RJ114200)

ADVOGADO(A): GUSTAVO ALMEIDA MARINHO (OAB BA022003)

RECORRIDO: VILMA LUCIA DOS SANTOS MARQUES (AUTOR)

ADVOGADO(A): FLAVIA DA CÂMARA CASTILHO (OAB RJ224319)

ADVOGADO(A): ALINE DOS SANTOS CORREA (OAB RJ225502)

INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO MASTER, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, UNICAMENTE PARA DETERMINAR QUE AS PARCELAS INDEVIDAMENTE DESCONTADAS SEJAM RESTITUÍDAS NA FORMA SIMPLES. MANTIDA A SENTENÇA NOS DEMAIS PONTOS. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5065345-47.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 8)

RECORRENTE: BANCO BMG S.A (RÉU)

ADVOGADO(A): FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB MG108112)

RECORRIDO: SERGIO SILVA DO NASCIMENTO (AUTOR)

ADVOGADO(A): HUGO LEONARDO VIUDES CALHAO LEAO (OAB RJ095943)

PERITO: AMANDA AZULAY CAMPOS

INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO BMG, A FIM DE REFORMAR A SENTENÇA RECORRIDA, PARA JULGAR IMPROCEDENTE OS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, MANTENDO-SE A SENTENÇA QUANTO AO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE CARTÃO CONSIGNADO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5014011-11.2023.4.02.5121/RJ (PAUTA: 9)

RECORRENTE: MICHELE LOPES DE SOUSA (REPRESENTADO - ART. 10, LEI 10.259/2001) (AUTOR)

ADVOGADO(A): FELIPE CALDAS MENEZES (DPU)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO (RÉU)

PROCURADOR(A): ANA PAULA BUONOMO MACHADO

RECORRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RÉU)

PROCURADOR(A): HUGO WILKEN MAURELL

UNIDADE EXTERNA: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

INTERESSADO: DIEGO SILVINO MARIA (REPRESENTANTE) (AUTOR)

ADVOGADO(A): FELIPE CALDAS MENEZES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO DE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL Nº 5045744-21.2024.4.02.5101/RJ (PAUTA: 10)

RECORRENTE: JOSE ANTONIO DE MESQUITA

ADVOGADO(A): RENATO PARENTE SANTOS (OAB DF025815)

RECORRIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR(A): JULIANA ALMENARA ANDAKU

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO AUTURAL E DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, DE FORMA A MANTER A DECISÃO DO EVENTO 4 DOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5006912-86.2024.4.02.5110. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE MERO INCIDENTE PROCESSUAL. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5004329-59.2023.4.02.5112/RJ (PAUTA: 11)

RECORRENTE: VALCELANE DE OLIVEIRA MARTINS (AUTOR)
ADVOGADO(A): TIAGO BROWNE FERREIRA (OAB RJ156735)

RECORRIDO: APDAP PREV-ASSOCIACAO DE PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (RÉU)

ADVOGADO(A): DANIEL GERBER (OAB RS039879)

ADVOGADO(A): JOANA GONCALVES VARGAS (OAB RS075798)

ADVOGADO(A): SOFIA COELHO ARAUJO (OAB DF040407)

RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

RELATORA DO ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA PARTE AUTORA E ANULAR, DE OFÍCIO, A SENTENÇA, PARA MANTER A ASSOCIAÇÃO EXCLUIDA NO POLO PASSIVO E, CONSIDERANDO A CITAÇÃO DE AMBAS AS RÉS, PARA QUE TENHA PROSSEGUIMENTO O FEITO PASSANDO A FASE PROBATORIA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO, A JUÍZA FEDERAL RELATORA MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO PROFERIU SEU VOTO NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, ENTRETANTO AO SER DECLARADO O VOTO DIVERGENTE PELA JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA, QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, A RELATORA MUDOU SEU ENTENDIMENTO E ACOMPANHOU A DIVERGÊNCIA, PORTANTO O RESULTADO DO JULGAMENTO SE TORNOU UNÂNIME. QUEM FARÁ O VOTO VENCEDOR E LAVRARÁ O ACÓRDÃO SERÁ A JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA.

RECURSO CÍVEL Nº 5000816-96.2022.4.02.5119/RJ (PAUTA: 12)

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PROCURADOR(A): RONALDO ESPINOLA CATALDI

RECORRIDO: MARCOS LUIZ PIMENTEL (AUTOR)

ADVOGADO(A): EDVALDO LUIS SOUZA ANTONIO (OAB RJ184698)

ADVOGADO(A): LUIZ SEBASTIAO RIMULO (OAB RJ189769)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DO INSS, DE OFÍCIO, ANULAR A SENTENÇA, A FIM DE QUE SEJA APROFUNDADA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL NOS TERMOS DO PRESENTE VOTO. SEM CONDENAÇÃO DO INSS AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, TENDO EM VISTA A ANULAÇÃO DA SENTENÇA, A QUE NÃO DEU CAUSA. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5002377-75.2023.4.02.5102/RJ (PAUTA: 15)

RECORRENTE: ANA MARIA LOVATO LEIRIA (AUTOR)

ADVOGADO(A): SUELEN FREITAS FRAGA (OAB RS084597)

RECORRIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

PROCURADOR(A): JULIANA ALMENARA ANDAKU

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, A FIM DE REFORMAR A SENTENÇA RECORRIDA, A FIM DE FIXAR A DATA DE INÍCIO DOS EFEITOS FINANCEIROS EM 16/05/2013

(DATA DO INÍCIO DA APOSENTADORIA), COM ATRASADOS DESDE 22/03/2018, OBSERVANDO-SE A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AO RECORRENTE VENCEDOR. INTIMEM-SE. CIENTIFIQUE-SE O JUÍZO DE ORIGEM. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5104525-70.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 18)

RECORRENTE: CAMILA MATEUS REIS (AUTOR)

ADVOGADO(A): JOAO MOISES PINTO DE CAIRES (OAB RJ065501)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA AUTORA E A ELE DAR PROVIMENTO PELOS MOTIVOS EXPOSTOS, DE MODO A REFORMAR A SENTENÇA DE ORIGEM E JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, A FIM DE DETERMINAR QUE A UNIÃO CONSIDERE, COMO MARCO INICIAL PARA CONTAGEM DOS EFEITOS FINANCEIROS DAS PROGRESSÕES/PROMOÇÕES FUNCIONAIS, A DATA DE INGRESSO DA AUTORA NO ÓRGÃO E PAGUE AS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS ATRASADAS DECORRENTES DA REVISÃO DE SUAS PROGRESSÕES/PROMOÇÕES FUNCIONAIS ATÉ ENTÃO CONCEDIDAS, RESPEITANDO-SE A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (07/10/2018), COM ATUALIZAÇÃO E JUROS NOS MOLDES DO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5002455-63.2023.4.02.5104/RJ (PAUTA: 24)

RECORRENTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS EDUARDO GOMES GONCALVES

RECORRIDO: BRUNO CABRAL ALVES (AUTOR)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA ECT, PARA REFORMAR A SENTENÇA RECORRIDA A FIM DE REDUZIR O VALOR DA CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS PARA R\$1000,00. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE PARCIALMENTE. INTIMEM-SE AS PARTES. TRANSITADA EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO DE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL Nº 5039548-35.2024.4.02.5101/RJ (PAUTA: 25)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: DAVI FIALHO MACHARET

ADVOGADO(A): ALAN GEORGE LISBOA MACHARET (OAB RJ141705)

RECORRIDO: LUCIANE DUARTE FIALHO MACHARET

ADVOGADO(A): ALAN GEORGE LISBOA MACHARET (OAB RJ141705)

RECORRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR(A): HUGO WILKEN MAURELL

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE RIO BONITO

PROCURADOR(A): CASSIO HELENO CUNHA DE OLIVEIRA

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

UNIDADE EXTERNA: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA AFASTAR A MULTA COMINATÓRIA IMPOSTA NA ORIGEM, DIANTE DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DE AGENDAR A CONSULTA SOLICITADA, AINDA QUE FORA DO PRAZO, BEM COMO PARA DETERMINAR QUE SEJA FIXADO PRAZO NÃO INFERIOR A 10 (DEZ) DIAS PARA O CUMPRIMENTO PELOS RÉUS, CASO SEJA O PEDIDO DE REAGENDAMENTO DA CONSULTA ANALISADO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, POR SE TRATAR DE SIMPLES INCIDENTE PROCESSUAL. INTIMEM-SE AS PARTES E O MPF. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5007045-32.2023.4.02.5121/RJ (ADITAMENTO: 27)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: PEDRO TOSHIO DE ALMEIDA TATEKAWA (AUTOR)

ADVOGADO(A): MARIANO BESER FILHO (OAB RJ071115)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO. SEM CUSTAS, ANTE A ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 4º, I, DA LEI 9.289/1996. CONDENO A UNIÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO, A TEOR DO ART. 55 DA LEI Nº 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5003749-29.2023.4.02.5112/RJ (ADITAMENTO: 28)

RECORRENTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS EDUARDO GOMES GONCALVES

RECORRIDO: EVELSON OLIVEIRA LARIU (AUTOR)

ADVOGADO(A): CARLOS EDUARDO FARIA DE SOUZA (OAB RJ142425)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA ECT, APENAS PARA REDUZIR A CONDENAÇÃO EM DANO MORAL PARA R\$1.000,00, MANTENDO NO MAIS A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

Encerrou-se a sessão às 16:30 horas, tendo sido julgado(s) 23 processo(s).

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2024.